

## Elementos do Bem Viver dos Povos Indígenas Brasileiros

Elements of *Buen Vivir* of Brazilian Indigenous Peoples

Elementos del Buen Vivir de los Pueblos Indígenas Brasileños

Recebido: 17/03/2023 | Revisado: 20/04/2023 | Aceitado: 22/04/2023 | Publicado: 26/04/2023

**Duarte Antônio de Paula Xavier Fernandes Guerra**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2174-8136>

Universidade Federal do Mato Grosso, Brasil

E-mail: [guerranapaz@gmail.com](mailto:guerranapaz@gmail.com)

**Carolina Ortiz Costa Franco de Souza**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4900-2504>

Universidade de São Paulo, Brasil

E-mail: [costa\\_cor@yahoo.com.br](mailto:costa_cor@yahoo.com.br)

**Carlos Teodoro José Hugueney Irigaray**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7276-6289>

Universidade Federal do Mato Grosso, Brasil

Procurador do Estado de Mato Grosso, Brasil

E-mail: [teodoro.irigaray@gmail.com](mailto:teodoro.irigaray@gmail.com)

**Carolina Joana da Silva**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0517-1661>

Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil

E-mail: [ecopanta@terra.br](mailto:ecopanta@terra.br)

### Resumo

Este trabalho tem foco no conceito Bem Viver dos povos indígenas brasileiros, buscamos avançar em entendimentos sobre os modos, expressões de vida e identidade imbuídos de memória, ancestralidades e historicidade, mas que ao mesmo tempo apontam perspectivas de futuros alternativos. Realizamos um levantamento bibliográfico, nos meses de agosto e setembro de 2020, de artigos publicados em português nas quatro principais plataformas científicas (SciELO, Scopus, Web of Science e Google Acadêmico). Nós utilizando a *string* de busca (*bem viver* e *povos indígenas*) e identificamos 18 publicações que estudaram algum aspecto do Bem Viver de 37 etnias. Sistematizamos os trabalhos de acordo com os cinco elementos desenvolvidas por Pablo Solón em 2019. Produzimos mapas com a localização das etnias estudadas, as bacias hidrográficas contempladas e a distância dos centros de pesquisas, utilizando o software livre Qgis. Ainda que a região Norte do Brasil abrigue mais de 60% dos povos indígenas brasileiros, os resultados mostraram a região Sul e Sudeste, com 55% dos estudos realizados e a etnia Guarani como a mais estudada. A acessibilidade as comunidades indígenas é um fator limitante para os estudos de Bem Viver, apenas 5% das comunidades indígenas citadas estavam localizadas a mais de 600km de centros de pesquisas. O elemento do Bem Viver mais evidenciado foi “Uma visão do todo” por ser o elemento integrador, seguido pelos elementos “a busca do equilíbrio” e “a convivência na multipolaridade”. Ao destacarmos esses elementos entendemos as cosmovisões indígenas como fontes importantes de inspiração para (re) pensar a crise civilizatória contemporânea.

**Palavras-chave:** Cosmovisão; Crise civilizatória; Cenciometria.

### Abstract

This work focuses on the concept of *Buen Vivir* related to Brazilian indigenous peoples. We seek to advance understandings of ways, expressions of life, and identity imbued with memory, ancestry, and historicity, but which at the same time point to alternative future perspectives. We carried out a bibliographic survey from August to September 2020, of articles published in Portuguese on the four main scientific platforms (SciELO, Scopus, Web of Science, and Scholar Google). We made a string search (*bem viver* and *povos indígenas*) and identified 18 publications that studied some aspect of the *Buen Vivir* of 37 ethnic groups. We systematized the studies according to the five elements: 1) view of the whole; 2) coexistence; 3) search for balance; 4) diversity; and 5) decolonization. We produced maps with the location of the studied ethnic groups, the watersheds covered and the distance from research centers, using Qgis free software. Although the North region of Brazil is home to more than 60% of Brazilian indigenous peoples, the results showed that the South and Southeast region account for 55% of the studies, and the Guarani ethnic group as the most studied. Accessibility to indigenous communities is a limiting factor for *Buen Vivir* studies in Brazil, only 5% of the indigenous communities mentioned were located more than 600 km from research centers. The most evident element of *Buen Vivir* was “A vision of the whole” for being the integrating element, followed by the elements “the search for balance” and “coexistence in multipolarity”. By highlighting these elements,

we understand indigenous cosmovision as an important source of inspiration for (re)thinking about the contemporary civilization crisis.

**Keywords:** Cosmovision; Civilizing crisis; Scientometrics.

### Resumen

Este trabajo se centra en el concepto Bem Viver de los pueblos indígenas brasileños, buscamos avanzar en comprensiones sobre formas, expresiones de vida e identidad imbuidas de memoria, ancestralidad e historicidad, pero que al mismo tiempo apuntan a perspectivas de futuros alternativos. Realizamos un levantamiento bibliográfico, en agosto y septiembre de 2020, de artículos publicados en portugués en las cuatro principales plataformas científicas (SciELO, Scopus, Web of Science y Google Scholar). Usamos la cadena de búsqueda (Bem Viver y Pueblos Indígenas) e identificamos 18 publicaciones que estudiaron algún aspecto del Bem Viver de 37 grupos étnicos. Sistematizamos los trabajos según los cinco elementos desarrollados por Pablo Solón en 2019. Elaboramos mapas con la ubicación de las etnias estudiadas, las cuencas hidrográficas cubiertas y la distancia a los centros de investigación, utilizando el software gratuito Qgis. Aunque la región Norte de Brasil alberga más del 60% de los pueblos indígenas brasileños, los resultados muestran las regiones Sur y Sudeste, con el 55% de los estudios realizados y la etnia guaraní como la más estudiada. La accesibilidad a las comunidades indígenas es un factor limitante para los estudios del Buen Vivir, solo el 5% de las comunidades indígenas mencionadas se ubicaron a más de 600 km de los centros de investigación. El elemento más evidente del Buen Vivir fue “Visión de conjunto” por ser el elemento integrador, seguido de los elementos “la búsqueda del equilibrio” y “la convivencia en la multipolaridad”. Al resaltar estos elementos, entendemos las cosmovisiones indígenas como importantes fuentes de inspiración para (re)pensar la crisis civilizatoria contemporánea.

**Palabras clave:** Cosmovisión; Crisis civilizatória; Cenciometria.

## 1. Introdução

Os primeiros relatos sobre o Novo Mundo são prenhes de uma visão um tanto assemelhada que dão conta de seres belos, fortes, livres, “sem fé, sem rei e sem lei”. Tais imagens idílicas guardam relação com a percepção dos primeiros navegantes que estavam nas cercanias paradisíacas dos relatos bíblicos (Chauí, 1994). Em 1500, Pero Vaz de Caminha em sua *Carta de Achamento do Brasil* (2010) descreve a seu rei algumas características por ele apreendidas, fazendo menção ao fato de que os habitantes da nova terra eram sem dúvida gente boa e de bela simplicidade, e que, embora não possuíssem criação de animais e não cultivassem cereais como o trigo e legumes, Nosso Senhor lhes havia dado bons corpos e bons rostos, como a bons homens.

A grande maioria destes povos, vivendo em aldeias, já tinha hábitos de vida próprios do período neolítico, eram nômades e com certo grau de heterogeneidade entre elas no que tange à técnica produtiva, sendo que alguns praticavam uma agricultura que denotava notável experiência acumulada (Gorender, 2006). Toda esta diversidade, fruto da interação dos habitantes originários com o ambiente e vasta experiência obtida e traduzida em diferentes características culturais, foi, porém, assimilada de forma um tanto homogeneizante pelos que chegariam posteriormente ao continente americano, o que de certa forma persiste nos dias atuais (Kreutz *et al.*, 2018).

Assim é que os europeus, ao chegarem à América, deram a seus habitantes a denominação de “índios”, por pensarem estar pisando em terras da Índia, permanecendo tal denominação generalizante mesmo após suas explorações tê-los feito perceber tratar-se de um novo continente (Quijano, 2010), continuando tal designação utilizada com referência a membros de sociedades tão distintas como os incas e os tupinambás, que falavam línguas completamente diferentes e tinham costumes muito diversos. Os conquistadores rotularam portanto estas populações desde o norte até o sul do continente americano (Melatti, 2007) e ainda hoje, cinco séculos após os primeiros contatos, os povos originários ainda lutam por afirmar suas identidades particulares e distintas, como se pode ver em relato de Jurandir Sridiwê Xavante colhido por Pappiani (2009, p. 65):

“Quando vocês falam índio, não estão falando nada! Essa palavra os portugueses usaram porque achavam que estavam chegando na Índia. Então, todo mundo que vive no aqui no Brasil é índio! Seria bonito os brasileiros

aprenderem a falar: Xavante, Guarani, Yanomami, Bororo... Saber que cada povo é diferente, que existem muitos povos diferentes no Brasil.”

A população indígena brasileira à época da chegada da esquadra portuguesa comandada por Pedro Álvares Cabral às praias do nordeste brasileiro carece de precisão numérica na literatura (Cunha, 1992) e há pouco mais de 50 anos, o antropólogo Darcy Ribeiro publicou um cálculo da população indígena de então com base na documentação disponível no Serviço de Proteção aos Índios (SPI), encontrando números entre aproximadamente 68 e 98 mil indivíduos (Ribeiro, 2017). Além de estabelecer esta estimativa numérica, o autor constatou uma diminuição da população indígena, alertando para a diminuição de 230 grupos tribais em 1900 para cerca de 143 quando de seu estudo, em 1957 (Ribeiro, 2017). No censo realizado em 2010, foram registradas 305 etnias e 274 línguas indígenas faladas, resultados estes que ultrapassaram as estimativas iniciais feitas pela FUNAI (IBGE, 2010).

Os trabalhos do antropólogo serviram também para modificar a ideia de que o desaparecimento da maior parte dos indígenas se devia à mestiçagem com europeus e afrodescendentes, que teria assim dado origem ao “povo brasileiro”. Na verdade, houve o decréscimo destas populações ao longo de quatro séculos e meio, por meio de guerras, escravidão, desorganização de suas sociedades pelos colonizadores e principalmente pela dizimação secundária por exposição a moléstias contagiosas para as quais não possuíam resistência (Melatti, 2007).

Estas expectativas nada animadoras a partir dos dados obtidos pelos trabalhos acima referidos na década de 1950, quando confrontados ao panorama atual, parece expressar o moderno conceito de resiliência e traz à arena a presença do indígena na atualidade, conforme aponta Manuela Carneiro da Cunha (1992, p. 22):

“Durante quase cinco séculos, os índios foram pensados como seres efêmeros, em transição: transição para a cristandade, a civilização, a assimilação, o desaparecimento. Hoje se sabe que as sociedades indígenas são parte de nosso futuro e não só de nosso passado.”

Em sintonia com este lugar de protagonismo, Ailton Krenak (2019), uma das maiores lideranças da luta indígena no Brasil, aponta para o lugar central dos povos originários na construção de um cenário diferente do muito sombrio antes vislumbrado:

“Cantar, dançar e viver a experiência mágica de suspender o céu é comum em muitas tradições. Suspender o céu é ampliar o nosso horizonte; não o horizonte prospectivo, mas um existencial. É enriquecer as nossas subjetividades, que é a matéria que este tempo que nós vivemos quer consumir. Se existe uma ânsia por consumir a natureza, existe também uma por consumir subjetividades — as nossas subjetividades. Então vamos vivê-las com a liberdade que formos capazes de inventar, não botar ela no mercado. Já que a natureza está sendo assaltada de uma maneira tão indefensável, vamos, pelo menos, ser capazes de manter nossas subjetividades, nossas visões, nossas poéticas sobre a existência (Krenak, 2019, p. 15-6).”

Ao ocupar um lugar no imaginário nacional que flutua entre puros paladinos da natureza e inimigos internos à serviço da cobiça internacional sobre a Amazônia, a posição das populações indígenas dependerá, portanto de suas próprias escolhas, de políticas de Estado que assegurem seus direitos e também da comunidade internacional (Cunha, 2012). Par tal, torna-se necessário a compreensão da expressão *Sumak Kawsay* em quíchua (*Bem Viver*), conceito originado na cosmologia de povos ameríndios da região andina, que pode ser traduzida como bem-estar completo, segundo o qual o Estado, incluindo o governo e o povo, deve promover condições para que todos vivam bem (Acosta, 2019; Irigary *et al.*, 2016).

Xavier Albo (2008) aponta que *Bem Viver* não deve ser confundido com viver melhor. Para o povo Aimará, viver melhor implica comparação; isto é, um indivíduo ou povo vive melhor do que outros e à custa de outros. Na realidade, o *Bem Viver* requer capacidade de convivência e de apoio mútuo. Sendo este um fato que integra uma coexistência harmoniosa entre

homem, sociedade e natureza (Alcântara & Sampaio, 2017). Ou seja, quem vive bem, é quem convive bem, porque é bem acolhido por todos e sabe acolher a todos e colaborar (Irigary *et al.*, 2016).

Tal entendimento encontra consonância com as palavras do sertanista brasileiro Cádio Villas-Bôas, que afirma:

“Se acharmos que o nosso objetivo aqui, na nossa rápida passagem pela terra, é acumular riquezas, então não temos nada a aprender com os índios. Mas, se acreditamos que o ideal é o equilíbrio do homem dentro de sua família e dentro de sua comunidade, então os índios tem lições extraordinária para nos dar.”

No momento em que a sociedade começa querer utilizar o conceito de Bem Viver para orientar suas ações políticas, o processo de tradução deste conceito torna-se complexo e multidimensional (Alcantara e Sampaio, 2020). Muitos autores, descrevem que a compreensão do conceito de Bem Viver ainda está em construção, devido aos seus aspectos objetivos e subjetivos (Alcantara & Sampaio, 2020; Acosta, 2018; Guillén *et al.*, 2016), e da diversidade de etnias que tem o Bem Viver em suas culturas. Guillén *et al.* (2016), identificaram duas razões fundamentais, que devem ser observadas de forma cuidadosa no processo de tradução deste conceito em políticas públicas. A primeira é um aspecto metodológico relacionado a necessidade de medir o Bem Viver, toda medida requer definição e a definição pode ser influenciada pela intenção de medir. Sendo assim, deve existir um apoio mútuo entre definição e mensuração (Tortosa, 2009: 17, apud Guillén *et al.*, 2016). A segunda razão está relacionada com a implementação de ações públicas como monitoramento, avaliação e análise (Guillén *et al.*, 2016), que deve garantir o desenvolvimento a partir das múltiplas compreensões do Bem Viver. Contudo, é importante lembrar que setorizar o Bem Viver pode ser contraproducente; vale sustentar a complexa e dinâmica interação entre diferentes dimensões da vida social, ambiental e mesmo espiritual (Solón, 2019; Acosta, 2018). Dessa forma, consideramos importante fazer um esforço de sistematização dos trabalhos de acordo com as já referidas categorias desenvolvidas pelo intelectual boliviano Pablo Solón (2019). Para este autor, toda tentativa de definir ou classificar o Bem Viver de maneira absoluta, o censura e limita de alguma forma.

É mister, portanto, que os estudos a respeito do tema estejam abertos à multiplicidade de dimensões que compõem o Bem Viver: de uma concepção filosófica de espaço-tempo a uma cosmovisão espiritual sobre a relação entre seres humanos e natureza, passando por uma agenda pragmática de reivindicações políticas e sociais por movimentos indígenas organizados (Solón, 2019). Portanto, os debates a respeito do Bem Viver são diversos, e apontam para transformações em diversas direções. De acordo com a discussão apresentada por Alcântara e Sampaio (2017) com base em Hidalgo-Capitán e Cubillo-Guevara (2014), há três vertentes principais assumidas pelo Bem Viver: (1) a indigenista, (2) a estadista e (3) a ecologista.

A primeira diz respeito às próprias raízes das proposições do Bem Viver, pautando-se pela afirmação da autodeterminação indígenas e valorização de seus modos de vida, saberes, espiritualidade e formas de organização política, social e econômica. A segunda, refere-se à apropriação de princípios do Bem Viver para processos políticos na Bolívia e Equador, como as recentes constituintes em ambos os países e tentativas de afirmação de um —Socialismo do século XXI. A terceira, por sua vez, assume as referidas potencialidades —sociobiocêntricas do Bem Viver, defendendo processos como a inclusão da Natureza como sujeito de direitos (inovação presente na Constituição do Equador) e pautando projetos alternativos ao desenvolvimento capitalista/extrativista.

Portanto, este trabalho tem foco principalmente na primeira corrente do Bem Viver, voltada sobremaneira para a valorização dos modos e tradições indígenas de ser-e-estar no mundo. É importante destacar que, embora as proposições do Bem Viver tenham ganhado força a partir dos povos ameríndios da região andina, há uma crescente vertente de estudos voltados para a identificação de princípios semelhantes entre outros povos e regiões da América, a exemplo do —*Ñanderekol* Guarani no Brasil e Paraguai e do “*Küme Mongen*” entre os Mapuche no Chile (Gutierrez, 2017; Mamani, 2010). Nestes estudos, busca-se avançar em entendimentos sobre os modos e expressões de vida e identidade imbuídos de memória,

ancestralidades e historicidade, mas que ao mesmo tempo apontam perspectivas de futuros alternativos, de suspensão do “fim do mundo” anunciado pelo Antropoceno (Krenak, 2019; Mamani, 2010).

Como anteriormente mencionado, tendo o conceito do Bem Viver emergido da observação de saberes e práticas de povos originários da região andina, é crescente a ampliação do olhar da literatura na busca de identificação de similaridades com a forma de viver de outros povos originários das Américas. Assim nós buscamos compreender como o bem viver tem sido contemplado e discutido nas produções acadêmicas referentes aos povos indígenas brasileiros, com o propósito de identificar as lacunas de conhecimento do bem viver, mapear e delinear as comunidades indígenas brasileiras já estudadas.

Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico de artigos publicados em português nas principais plataformas eletrônicas científicas, pretendendo-se com isso, responder as seguintes questões: o que já sabemos do bem viver dos povos indígenas brasileiros e como é este bem viver. Um importante desafio para a ciência e a academia brasileira é lançar luz às dinâmicas e processos que se desenrolam na região amazônica, de modo a contribuir para uma gestão territorial que leve em conta as perspectivas e necessidades dos povos que tradicionalmente habitam a região (Porto-Gonçalves, 2015). Especificamente iremos identificar elementos indicativos de “Bem Viver” entre os povos indígenas brasileiros. Essa escolha insere nossa pesquisa em um crescente conjunto de estudos sobre entendimentos e práticas de Viver Bem entre povos indígenas no Brasil, apresentando inclusive recursos para pensarmos em elementos da crise civilizatória, vivenciada pelas comunidades humanas na contemporaneidade.

## 2. Metodologia

Com o intuito de mapear a produção científica a respeito do Bem Viver dos povos indígenas no Brasil, foi realizado uma revisão sistemática em português (Donato & Donato, 2019), realizada em quatro plataformas virtuais conhecidas e consolidadas no meio acadêmico, sendo elas: SciELO ([scielo.org.br](http://scielo.org.br)), Scopus ([scopus.com](http://scopus.com)), Web of Science ([webofknowledge.com](http://webofknowledge.com)) e Google Acadêmico ([scholar.google.com.br](http://scholar.google.com.br)). A busca pelos trabalhos científicos foi realizada utilizando a *string* de busca (bem viver e povos indígenas) e para limitar as buscas aos trabalhos brasileiros se definiu de acordo com cada plataforma o idioma português. O levantamento dos artigos científicos foi realizado nos meses de agosto e setembro de 2020, e abrange trabalhos publicados a partir de 2013 até 2020. O processo resultou em um total de 639 publicações encontradas nas buscas, sendo 80 registros na plataforma Scielo, 103 na Scopus, 9 na Web of Science e 447 no Google Acadêmico.

Inicialmente, foram selecionados apenas os trabalhos científicos que abordavam o Bem Viver diretamente relacionado a uma etnia específica ou que discutia a visão da sociedade em relação ao conceito de Bem Viver dos povos indígenas brasileiros. Desta triagem, foram selecionados 7 artigos na plataforma Scielo, 4 na Scopus, 1 na Web of Science e 13 no Google Acadêmico. Apenas dois trabalhos tiveram registros repetidos, sendo um nas plataformas Scielo e Scopus, outro na Scopus e Google Acadêmico. Estes achados demonstram a complementariedade das plataformas na pesquisa realizada.

Todos os trabalhos selecionados foram lidos minuciosamente para o levantamento dos seguintes dados: ano de publicação; localização da pesquisa; etnia do grupo pesquisado; assunto abordado; resultados; principais implicações; e, conclusão. Em seguida, o assunto de cada artigo foi classificado segundo os aportes de Solón (2019), que propõe cinco elementos centrais do Bem Viver: (1) sua visão do todo ou da *Pacha*; (2) a convivência na multipolaridade; (3) a busca do equilíbrio; (4) a complementaridade da diversidade; e (5) a descolonização. Essa classificação foi escolhida por revelar a originalidade das filosofias do Bem Viver. Além disso, a visão setorializada dos autores dos trabalhos coletados no levantamento nos impõe a necessidade de também classificar os trabalhos nos setores: educação, saúde, meio ambiente, economia e política. Para um melhor aproveitamento dos dados obtidos seguimos a organização apresentada por Frota *et al.* (2020).

Nós identificamos a distribuição espacial dos estudos a respeito do Bem Viver dos povos indígenas brasileiros,

utilizando as coordenadas geográficas no buscador Google Maps das aldeias estudadas e, quando não encontramos, o centroide dos municípios citados nos trabalhos foi utilizado. Em seguida, as localidades das aldeias estudadas foram contrapostas aos mapas dos biomas brasileiros, dos limites estuiais políticos, da divisão do território brasileiro em Sub-bacias Hidrográficas proposta pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) (ANA, 2021). E, por fim, contraposto ao mapa de distância euclidiana produzido a partir das localidades dos centros de ensino de pós-graduação mapeados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) disponibilizados em junho de 2020. Todos os procedimentos e os mapas foram realizados no software livre Qgis (2020).

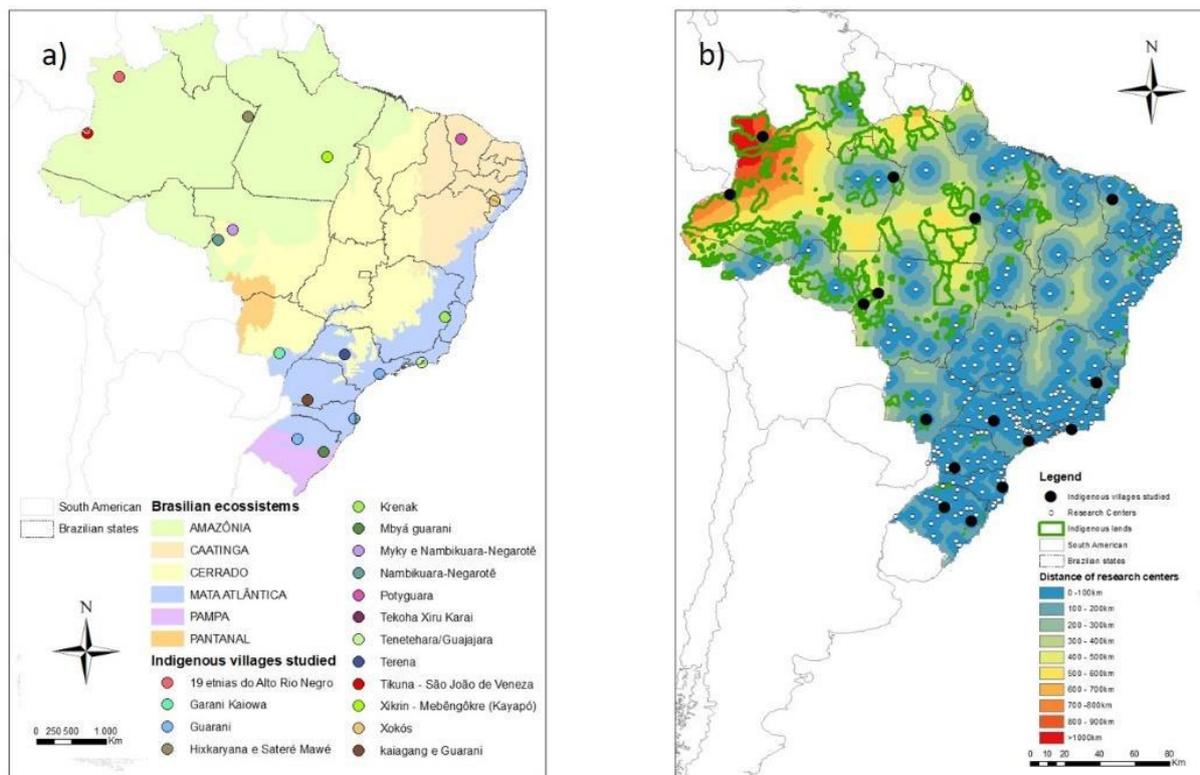
### 3. Resultados e Discussão

A Cenciometria é definida pela UNESCO e pela Organization for Economic Cooperation and Development (OECD) como um método quantitativo usado para avaliar produções científicas através da frequência de artigos e citações em bases de dados indexadas, que permite medir a quantidade de artigos publicados na área e analisar suas inter-relações (Spinak, 1998). Fazendo uso deste método pudemos identificar que o Bem Viver dos povos indígenas brasileiros é pouco conhecido, com apenas 12% das etnias brasileiras com algum aspecto do Bem Viver registrado. Além disso, identificamos que a maior parte 55% dos estudos encontra-se na região Sul e Sudeste do Brasil, regiões com menos de 40% do total das populações indígenas brasileiras (IBGE, 2010).

Contudo, vale destacar que durante todo o século XX o conceito de Bem Viver passou despercebido por diversos setores da sociedade. Os estudos sobre o Bem Viver registrados aqui são datados a partir de 2013, o que caracteriza uma linha de estudo recente, com apenas uma década de trabalhos publicados. Atualmente, temos um total de 37 etnias com algum aspecto do Bem viver conhecido, o que é algo positivo por ser uma linha de pesquisa ainda prematura. Embora, o tempo de estudo pela ciência seja inicial, o conceito de Bem Viver surgiu a séculos e continua existindo, mesmo sendo pressionado pela contemporaneidade e pelo desenvolvimento (Irigary *et al.*, 2016). Este conceito era vivido por diferentes povos indígenas da América Latina com visões e termos similares, como *suma quamaña* dos Aimará, o *sumak kawsay* dos Quéchuas, o *teko kavi* e o *ñandereko* dos Guaranis, o *shiir waras* dos Shuar, e o *Küme mongen* dos Mapuche (Solón, 2019). E dessa forma já eram objetos de estudo de antropólogos e intelectuais.

Podemos dizer que, atualmente, o conceito de Bem Viver mais conhecido no Brasil é a partir da visão do povo Guarani com seis publicações científicas, incluindo os grupos Kaiowá, Mbyá e Nhandeva. Os Guaranis, é a única etnia estudada por mais de um trabalho, todas as outras 36 etnias tiveram apenas um artigo publicado. Para compreender melhor esse maior número de trabalhos com o Bem Viver dos Guaranis, olhamos para a distribuição geográfica das aldeias estudadas. Com isso, identificamos que as seis aldeias estudadas estão localizadas nas regiões sul e sudeste do Brasil e um na região centro-oeste no sul do estado do Mato Grosso do Sul (Figura 1a). Com base no último censo de 2010 realizado pelo IBGE, 63% da população indígena vivem em áreas rurais e 57,7 % vivem em terras indígenas oficialmente reconhecidas, sendo que a região Norte é aquela que concentra o maior número de indivíduos, 305.873 mil pessoas, 37,4% do total.

**Figura 1** - a) distribuição das aldeias dos povos indígenas brasileiros que receberam pesquisas sobre o Bem Viver sobre os biomas e os estados brasileiros; b) Análise de distância euclidiana dos centros de pesquisa e a relação com a localização das terras indígenas oficiais e a localização das aldeias dos povos indígenas que receberam pesquisas sobre o Bem Viver.



Fonte: Autores.

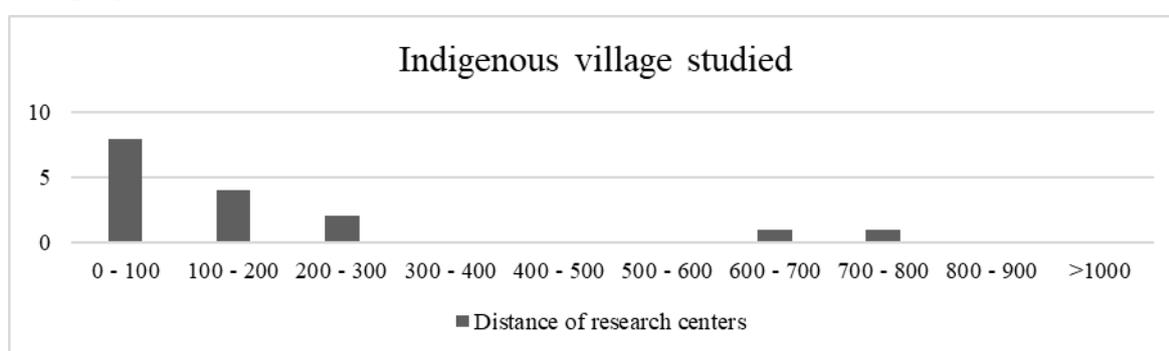
O mapa de distância euclidiana dos centros de pesquisas nos possibilitou identificarmos que a facilidade de acesso às aldeias e a proximidade dos centros de pesquisa favorecem os estudos do Bem Viver, com as aldeias estudadas distantes no máximo a 300 km de um centro de pesquisa (Figura 1b; Figura 2), até mesmo na região norte. Apenas duas comunidades indígenas no estado do Amazonas estão distantes de centros de pesquisas entre 600 a 700km (Figura 2). Assim compreendemos que a facilidade de acesso às aldeias é um fator que restringe as pesquisas a respeito do Bem Viver, mas não limita devido a já termos dois estudos em regiões mais distantes (Figura 2).

Academicamente o conceito de Bem Viver ainda é novo, no entanto, vem sendo utilizado em propostas de governabilidade e desenvolvimento pautado na no convívio harmônico com a natureza, na busca por plurinacionalidade e interculturalidade. O que já acarretou em utilizações corrompidas com os conceitos ocidentais de qualidade de vida (de Oliveira *et al.*, 2022). Fatos estes, enfatizam a necessidade de melhor compreensão e mais estudos a respeito do Bem Viver dos povos amazônicos, principalmente os povos brasileiros, que em sua maioria estão concentrados na Floresta Amazônica, região que concentra maior número de terras indígenas demarcadas (Figura 1b), condição nas quais os povos vivem com menor influência e pressão das sociedades não indígena. Nesta situação a caracterização e compreensão do conceito de Bem Viver destes povos pode ser mais clara e integra. Pois, teoricamente, são povos com suas culturas mais bem preservadas, como menores conflitos dentro de suas aldeias e não precisam se adaptar a cultura da sociedade não indígena que os sufocam (Souza, 2020). Assim, resultando em uma compreensão melhor do conceito para uma aplicação em políticas públicas, ou seja, uma absorção deste conceito na estruturação das relações pluriculturais mais respeitadas (Santana & Magalhães, 2022), pautada na essência do Bem viver dos povos indígenas brasileiros. Proporcionando assim um desenvolvimento e aplicabilidade do conceito de Bem viver como um processo de evolução no diálogo de descolonização na emergência de respostas para a atual

crise civilizatória.

Na Figura 1 b, podemos relacionar os vazios amostrais do Bem Viver dos povos indígenas brasileiros com as áreas mais distantes (>500km) dos centros de pesquisas e com maior número de terras indígenas, identificados pelas áreas amareladas para o vermelho no mapa de distância. Estados como Roraima, Amapá, Acre, Rondônia, bem como, no sul do estado do Amazonas, norte do estado do Mato Grosso e sul do estado do Pará, regiões que estão localizadas terras indígenas como o Parque Indígena do Xingu, ainda não tiveram pesquisas a respeito do Bem Viver dos povos indígenas habitantes dessas terras. Assim, apresentam-se como locais estratégicos para o desenvolvimento e implantação de pesquisas a respeito do Bem viver desses povos que habitam essa região.

**Figura 2** - Quantidade de aldeias indígenas com algum aspecto do Bem Viver estudado em cada classe de distância euclidiana dos centros de pesquisas brasileiros.



Fonte: Autores.

O conceito de Bem Viver integra a relação harmônica das pessoas com a natureza (Caria & Domínguez, 2014) e, o conhecimento ecológico local consiste na forma como as populações tradicionais estabelecem uma relação de se apropriarem dos recursos naturais e conserva-los (Begossi, 1993). Baseados nesta compreensão iniciamos por identificar o quanto o Bem viver de cada bioma brasileiro é conhecido. Identificamos que 11 dos trabalhos analisados concentram-se em povos indígenas cujos territórios estão inseridos na Mata Atlântica, 5 trabalhos realizados com povos indígenas da Amazônia, 2 trabalhos especificamente sobre povos na Caatinga, e outros 2 sobre povos indígenas habitantes do Cerrado (Quadro 1). Seguindo, o mesmo pontos de vista, de observar os povos indígenas brasileiros integrados com o ambiente em que vive, olhamos agora, para quais são os rios que os povos estudados se relacionam. Assim identificamos e quantificamos as bacias hidrográficas representadas pelos estudos. Segundo a Agência Nacional das Águas (ANA, 2021) existem 85 bacias hidrográficas brasileiras, apenas 14 foram contempladas nos estudos (Figura 3). Estes resultados, nos revela que ainda existem muitas lacunas de informação a respeito do Bem Viver dos povos indígenas brasileiros, o que pode prejudicar a compreensão do real significado deste conceito pelas sociedades não indígenas, tornando a sociedade sujeita a interpretações e uso equivocado deste conceito, como já falado anterior.

Com isso emerge uma questão, será que já sabemos o que é Bem Viver? Será que já compreendemos toda a complexidade e dimensão deste conceito dentro da gigantesca diversidade dos ambientes existente no planeta Terra, especificamente no Brasil? Muitos autores, discutem a compreensão e a aplicação do conceito de Bem Viver em diferentes esferas políticas. Solón (2019), relata os processos histórico do uso e as tentativas de aplicação do conceito do Bem Viver na política do Equador e Bolívia, e os equívocos que dissociaram seus líderes da essência do Bem Viver. Acosta (2019) diferencia o bem-estar-ocidental e afirma que as propostas do Bem Viver não é melhorar as práticas que vêm sendo realizadas pela sociedade, e sim ressignificar toda a estrutura social existente. As construções das métricas de ressignificação deve mudar e

melhorar conforme dispormos de melhores informações e compreensões (Alcântara & Sampaio, 2020; León, 2015; Caria & Domínguez, 2014). Assim, podemos compreender melhor quando Acosta (2019) descreve o Bem Viver como um conceito em construção. Mesmo assim, nós contabilizamos 7 artigos científicos publicados que discutem os aspectos políticos do Bem Viver no Brasil, ou trabalhos que visam medir ou sistematizar este conceito.

Tal processo de ressignificação, necessário diante da crise civilizatória que vivemos, demonstra a necessidade de um novo paradigma que nos liberte desta era de riscos globais. O que demanda a avaliação das possíveis contribuições que o Bem Viver pode oferecer à humanidade neste momento de mudança necessária (Irigaray *et al.*, 2016). Nessa busca, analisamos e identificamos os elementos do Bem Viver dos povos indígenas brasileiros em um total de 25 trabalhos. Destes, apenas três foram escritos por autores indígenas (2 TCC e 1 artigo). Grande parte dos trabalhos teve foco nos estudos de uma ou duas etnias, com a exceção de Santos (2019), que apresenta uma sistematização abarcando dezenove etnias indígenas (Quadro 1). Nota-se ainda nesses trabalhos uma intersecção entre abordagens culturais, políticas, sociais e ambientais direcionadas às reflexões sobre os conceitos indígenas de Bem Viver no Brasil. Esboçando uma divisão mais delimitadora entre as dimensões priorizadas nos trabalhos, temos 8 abordagens mais focadas em cultura, 7 em política, 7 em meio ambiente, 4 em saúde e 2 em educação (considerando que alguns trabalhos põem ênfase em mais de um aspecto). Contudo, é importante lembrar que setorizar o Bem Viver dessa forma pode ser contraproducente; vale sustentar a complexa e dinâmica interação entre essas – e outras – diferentes dimensões da vida social, ambiental e mesmo espiritual (Solón, 2019; Acosta, 2018). Com a garantia de que as análises transcendam abordagens dicotômicas e instrumentais ao inter-relacionar aspectos psicossociais vinculados ao reconhecimento e a intersubjetividade (Alcantara & Sampaio, 2020).

Assim, consideramos importante fazer um esforço de sistematização dos trabalhos de acordo com as já referidas categorias desenvolvidas por Solón (2019). Para este autor, toda tentativa de definir ou classificar o Bem Viver de maneira absoluta, o censura e limita de alguma forma. É mister, portanto, que os estudos a respeito do tema estejam abertos à multiplicidade de dimensões que compõem o Bem Viver: de uma concepção filosófica de espaço-tempo a uma cosmovisão espiritual sobre a relação entre seres humanos e natureza, passando por uma agenda pragmática de reivindicações políticas e sociais por movimentos indígenas organizados (Solón, 2019).

Desta forma, o melhor a fazer é buscar uma aproximação da essência dos trabalhos, classificando-os de acordo com os elementos principais do Bem Viver identificados por Solón (2019) que, vale lembrar, são: (1) Uma visão do todo ou da “*Pacha*”; (2) a convivência na multipolaridade; (3) a busca do equilíbrio; (4) a complementaridade da diversidade e (5) a descolonização.

No sentido da análise dessa classificação para os trabalhos aqui revisados, o elemento mais frequentemente encontrado é o das visões holísticas semelhantes à *Pacha*<sup>1</sup>, com um total de 13 trabalhos trazendo registros e reflexões nesse sentido. Registros dos outros três elementos, quais sejam, a convivência na multipolaridade, a busca por equilíbrio e a descolonização, foram encontrados em sete trabalhos e apenas um trabalho abordou ou registrou aspectos do elemento complementariedade da diversidade.

Nas práticas e cosmovisões dos povos indígenas do Brasil apresentadas nos trabalhos aqui estudados, a “visão do todo” aparece bastante relacionada a questões pragmáticas de alimentação e produção agrícola, sendo constantemente destacado o uso da agroecologia como um meio relacionado à autonomia e sustentabilidade das comunidades. Além dessa dimensão mais pragmática, essas questões aparecem como intimamente relacionadas ao equilíbrio entre comunidades e natureza, bem como a práticas e saberes ancestrais de como conviver em harmonia com o meio ao redor.

O atual acesso a informações e facilidades de intercâmbio cultural entre as etnias indígenas ou destas com os não-

---

<sup>1</sup> É importante ressaltar que o conceito de *Pacha* é próprio de cosmovisões de povos ameríndios da região andina (Acosta, 2016; Solón, 2019). Contudo, como apresentamos visões bastante semelhantes de uma “totalidade” existente entre humanos, Natureza e “cosmos” também se verificam em cosmovisões indígenas de povos de outras regiões.

indígenas tem favorecido a troca de conhecimento, o que contribui para o aperfeiçoamento de muitas práticas, como observado nas Aldeias Myky e Buriti (Filardo & Ferraz, 2018). Tais práticas, na visão dos indígenas, garantem a produção de alimentos sem veneno, e mantêm uma relação de comunidade entre as pessoas, que cuidam e consomem os alimentos produzidos, tornando possível identificar, além da visão do todo, outros três elementos principais do Bem Viver: a busca por equilíbrio, a descolonização e a complementariedade da diversidade (Passos *et al.*, 2019).

Há ainda nessas “visões do todo” um importante elemento de espiritualidade, ampliando o alcance das perspectivas do Bem Viver para além das questões cotidianas pragmáticas, estando estas integradas a uma “Rede de Vida” maior que abrange dimensões materiais, sociais e espirituais do senso de realidade e comunidade indígena (Acosta, 2018). Esse aspecto fica bastante visível nos trabalhos sobre saúde indígena. Aqui, há uma correlação indissociável entre o bem-estar da comunidade, a vivência da espiritualidade e a saúde individual (Souza, 2020; Tschucambang, 2020).

Assim, manter a harmonia da aldeia é responsabilidade das lideranças, que zelam pelo bem-estar das pessoas, intermediando conflitos e doenças causados pelos sentimentos de raiva, desavenças e fofoca, entre outros, transformando, conforme descrito por Lisboa (2020) no que tange às aldeias Guarani da região metropolitana de São Paulo. Logo, a saúde física e mental dos indivíduos e a harmonia da comunidade integram os diferentes elementos que compõem o todo, que necessita de equilíbrio (Souza, 2020; Tschucambang, 2020).

Elementos semelhantes são evidenciados por Soares (2015), em seu estudo sobre a relação que os povos Guarani estabelecem entre a saúde precária de suas comunidades e ausência de uma *opy* (casa de reza) onde possam expressar sua espiritualidade. “Segundo José Cirilo Pires Morinico, cacique na *Tekoa Anhetenguá* (Aldeia Verdadeira), em Porto Alegre, a comunidade que não tem *opy*, ‘surge a doença, a ausência de roças, o uso da bebida alcoólica’ (Soares, 2015, p. 175).

Uma perspectiva semelhante é apontada também em reflexão de Gordon (2014, p. 99) sobre o Bem Viver para o Povo Xikrin:

“Os Xikrin costumam dizer que viver bem é viver sem brigas, sem violência, com fartura, sem doenças, fazendo muitas festas grandes, contando com a participação de todos, enfim, em uma situação harmônica, equilibrada e estruturada que agrada e deixa as pessoas felizes (me mã kinh, kam me kuni kinh). Na situação de insularidade dentro do Estado nacional brasileiro, viver bem também está relacionado à autonomia comunitária e a uma certa segurança jurídico-institucional, que envolve a demarcação e a proteção do território indígena, mínimo controle sobre os processos políticos decisórios que afetam a vida na aldeia, entre outros [...] o bem viver, no universo Xikrin e Mebêngôkre, está essencialmente vinculado ao sucesso ou ao fracasso da coletividade em evitar processos de indiferenciação, associados, no pensamento indígena, ao ciúme, às rivalidades, à violência e à morte.”

**Quadro 1 - Fontes de pesquisa do Bem Viver por Etnias e Biomas Brasileiros.**

Etnia	Bioma	Estados brasileiros	Sub-bacia Hidrográfica	Elemento do Bem Viver	Segmento político	Referências
Xikrin do Cateté, grupo Mebêngôkre (Kayapó)	Amazônia	Pará	Tocantins e Araguaia	Sua visão do todo ou da Pacha, com importância para a convivência na multipolaridade/multiculturalidade	economia e política	Gordon, 2014
Tikuna de São João de Veneza	Amazônia	Amazônas	Amazonas - Rio Javari	A descolonização e A complementaridade da diversidade	meio ambiente, saúde e educação	Lacerda, 2018
Arapaso, Baniwa, Bará, Barasana, Baré, Desana, Hupda, Karapanã, Koripako, Kotiria, Kubeo, Hupudhana, Mirity-tapuya, Pira-tapuya, Siriano, Tariana, Tukano, Tuyuka, Werekena	Amazônia	Amazônas	Amazonas - Rio Negro	Sua visão do todo ou da Pacha	organização territorial e cultural	Santos, 2019
Hixkaryana e Sateré Mawé	Amazônia	Amazônas	Amazonas - Rio Madeira e Rio Trombetas	A convivência na multipolaridade e a busca do equilíbrio	saúde - desequilíbrio	Santos, 2017
Myky e Nambikuara-Negarotê.	Amazônia/Cerrado	Mato Grosso	Amazonas - Tapajós	Sua visão do todo ou da Pacha e A complementaridade da diversidade	meio ambiente e economia	Filardo e Ferraz, 2018
Garani Kaiowa	Cerrado/Mata Atlântica	Mato Grosso do Sul	Amazonas - Tapajós	A descolonização	Territorialidade e meio ambiente	Arruzzo, 2013
Tenetejara/Guajajara	Mata Atlântica	Rio de Janeiro	Litorâneas do Rio de Janeiro - Rio Paraíba do Sul	A convivência na multipolaridade e a descolonização	territorialidade e resistência política	Bloch, 2019
Guarani	Mata Atlântica	São Paulo	Paraná - Rio Tietê	Sua visão do todo ou da Pacha	descrição cultural	Lisbôa, 2020
Terena	Mata Atlântica	São Paulo	Paraná - Rio Tietê	Sua visão do todo ou da Pacha	crise cultural e territorialidade	Longhini, 2018
Kaiagang e Guarani	Mata Atlântica	Paraná	Paraná - Iguaçu	Sua visão do todo ou da Pacha, A convivência na multipolaridade e a busca do equilíbrio	agroecologia, meio ambiente e economia	Passos, Silva; Bernartt, 2019
Garani Kaiowa	Mata Atlântica	Mato Grosso do Sul	Paraná - Paranapanema e Ambaí	Sua visão do todo ou da Pacha e A busca do equilíbrio	meio ambiente e economia	Peralta, 2017
Guarani	Mata Atlântica	Rio Grande do Sul	Alto Jacuí	Sua visão do Todo ou Pacha	agricultura e meio ambiente	Soares, 2015
Guarani	Mata Atlântica	Santa Catarina	Tubarão - Capivari	Sua visão do Todo ou Pacha	religiosidade e espiritualidade	Souza, 2020
Mbyá guarani	Mata Atlântica	Rio Grande do Sul	Camaquã, Jacuí, lagoa dos Patos	A busca do equilíbrio e A convivência na multipolaridade	Educação	Stumpf e Bergamaschi, 2016
Krenak	Mata Atlântica	Minas Gerais	Rio Doce	Sua visão do todo ou da Pacha e A busca do equilíbrio	meio ambiente e saúde	Urquiza e Rocha, 2019.
Xokleng/Laklãnõ	Mata Atlântica	Santa Catarina	Itajaí	Sua visão do Todo ou Pacha	religiosidade e espiritualidade	Tschucambang, 2020
Xokós	Caatinga	Sergipe	São Francisco - a jusante do Pajeú	A busca do equilíbrio e a sua visão do todo ou Pacha, A convivência na multipolaridade	saúde e educação	Santos e Santos, 2020
Potyguara	Caatinga	Ceará	Litorâneas do Ceará - Rio Jaguaribe	Sua visão do todo ou da Pacha e A busca do equilíbrio	saúde	Sousa, 2020

Fonte: Autores.

O indivíduo e a comunidade são os extremos da mesma unidade, uma vez que a existência de uma pessoa está vinculada a atuação dela no bem comum da comunidade a que pertence. Em geral, as cosmovisões do Bem Viver entendem

que, sem comunidade não existe indivíduo, do mesmo modo que sem individualidade (no sentido de singularidade, e não de individualismo) não existe comunidade (Solón, 2019; Acosta, 2018). Eis o aspecto da multipolaridade presente no todo, que vai além das relações indivíduo-comunidade, abrangendo ainda a relação indissociável entre humanidade e natureza. Logo, a comunidade é formada de humanos, mas de não-humanos, também (Solón, 2019).

Sobre essa importância da comunidade, Stumpf e Bergamaschi (2016, p. 929) evidencia que:

“A revitalização da vida comunitária constitui um retorno à memória coletiva ancestral, e isso significa viver em harmonia e equilíbrio. A educação é vista como uma forma de fortalecer essa noção de comunidade trazida pela cosmovisão dos povos indígenas originários, em sua estrutura ancestral, possibilitando a capacidade de viver plenamente, com a consciência de cada momento presente [...]”

Além disso, alguns autores (Bloch, 2019; Passos *et al.* 2019) apontam como o senso de comunidade é um elemento fundamental das resistências históricas dos povos indígenas, como podemos observar nos processos históricos da Aldeia Marakanã no estado do Rio de Janeiro e nas Aldeias Mangueirinha, Yynn Morotchi Whera, Laranjeiras e Bonita na região sul do país. Pela valorização do “si” provida pela existência em comunidade, vem também a percepção da “complementariedade da diversidade” apontada por Solón (2019) como elemento fundamental das filosofias do Bem Viver. Nesse sentido, temos estudos sobre processos de integração entre diferentes povos indígenas coabitando o mesmo espaço, como nos relatos sobre a Aldeia Marakanã trazidos por Bloch (2019), bem como sobre a adaptação de povos indígenas em contextos de contato com a cultura imposta pelos ‘brancos’ (Souza *et al.*, 2020; Santos, 2019; Rosa, 2019; Stumpf & Bergamaschi, 2016).

Nesse mesmo sentido, há manifestações da “busca pelo equilíbrio” apresentada por Solón (2019) como um dos cinco elementos fundamentais do Bem Viver. Nota-se isso, por exemplo, no resgate e reforço das cosmovisões e tradições ancestrais indígenas como forma de fortalecimento das comunidades e indivíduos para resistir as mazelas advindas do contato com não-indígenas, como o aumento de suicídios e alcoolismo nas aldeias (Souza *et al.*, 2020; Santos, 2017). Como exemplos, temos as manifestações do povo Krenak após o desastre ambiental de Mariana, mostrando o valor espiritual, ambiental e social do rio Doce para a sua cultura (Urquiza & Rocha, 2019) e o caso do povo Terena, que deslocados de sua terra de origem têm desafios para manter a harmonia e perpetuar a sua cultura e identidade (Longhini, 2018).

Finalmente, esses processos de afirmação valorativa das tradições e modos de ser indígenas apontam para a descolonização recomendada por Solón (2019) como característica do Bem Viver. A descolonização é entendida pelo autor como um processo contínuo de desestruturação dos sistemas políticos, econômicos, sociais e culturais violentamente impostos pela colonização e reproduzidos contra povos indígenas até os dias atuais (Solón, 2019; Acosta, 2018; Gudynas, 2014; Quijano, 2010).

Ao destacar esse elemento sugerido por Solón (2019), pensamos que as propostas de descolonização e visões de mundo alternativas a partir de cosmovisões indígenas são importantes fontes de inspiração para (re) pensar a crise civilizatória contemporânea, em pauta nesta pesquisa. Ressalta-se aqui, mais propriamente, a necessidade de uma abertura para diferentes perspectivas, de modo a promover conhecimentos pautados pela interculturalidade, nos quais os povos indígenas não são apenas objetos, mas também sujeitos coparticipes na produção de conhecimento (Raschietti, 2020).

#### **4. Considerações Finais**

O Bem Viver é um tema emergente na literatura por relevante que é frente à crise civilizacional em que se encontra a humanidade. Os povos originários brasileiros tem em sua prática elementos que se alinham a este conceito e é crescente o número de trabalhos na literatura descrevendo-os entre povos indígenas do Brasil, estando porém tais pesquisas ainda circunscritas a determinadas regiões do país, sendo um interessante campo de ampliação para povos originários da Amazônia,

que concentra os maiores contingentes populacionais indígenas do país. Identificar, descrever e divulgar práticas do Bem Viver entre as populações indígenas brasileiras, além de colaborar como um contraponto para reflexão nos tempos atuais vivenciados pela sociedade como um todo, valoriza os saberes ancestrais destas populações, preservando-os para as gerações futuras.

Assim, recomendamos que mais estudos para compreender e melhor conceituar o conceito de Bem viver dos povos indígenas brasileiros sejam realizados, sendo sugerido como principal estratégia o desenvolvimento de pesquisas com os povos indígenas da Amazônia, do Cerrado e da Caatinga. Também, sugerimos uma sistematização dos estudos baseados na distribuição geográfica das bacias hidrográficas, devido à intensa relação que o Bem viver dos povos indígenas tem com os rios, tanto no exercício da sua espiritualidade quanto na conceituação de equilíbrio e saúde de suas comunidades.

## Agradecimentos

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Estado de Mato Grosso/ UNEMAT, pelo suporte institucional na realização desta pesquisa.

## Referências

- Acosta, A. (2019). O bem-viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos (trad. Tadeu Breda), São Paulo, Autonomia Literária, Elefante. 3. *Propuestas Feministas por la Despatriarcalización y*.
- Acosta, A. (2018). O Bem Viver. Uma Oportunidade Para Imaginar Outros Mundos. São Paulo: *Autonomia Literária*.
- ANA (2020). Agência Nacional de Águas <https://www.ana.gov.br/aguas-no-brasil>.
- Albó, X. (2008). Movimientos y poder indígena em Bolivia, Ecuador y Peru. La Paz: CIPCA, 294 p.
- Alcântara, L. C. S. & Sampaio, C. A. C. (2017). Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 40, 231 - 251.
- Alcântara, L. C. S. & Sampaio, C. A. C. (2020). Indicadores de Bem Viver: pela valorização de identidades culturais. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 53, 78 - 101.
- Arruzo, R. C. (2013). Os sentidos das territorialidades e os conflitos territoriais entre agronegócio e os Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul. Publicado nos Anales del XIV *Encuentro de Geógrafos de América Latina* 2013 Perú. Lima.
- Begossi, A. (1993). Ecologia humana: um enfoque das relações homem-ambiente. *Interciência*, 18 (3), 121-132.
- Bloch, L. A. (2019). Cidade, subjetividade e comum: Cultivando outros possíveis nas fissuras do concreto. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 100p.
- Capiberibe, A. & Bonilla, O. (2015). A ocupação do Congresso: contra o quê lutam os índios? *Estudos avançados* 29 (83), 293 – 313.
- Caria, S., & Domínguez Martín, R. (2014). El porvenir de una ilusión: la ideología del Buen Vivir. 67, 139-163.
- Cavallo, G. A. (2018). Conhecimentos ecológicos indígenas e recursos naturais: a descolonização inacabada. *Estudos Avançados*. 32 (94), 373 – 390.
- Chauí, M. S. (1994). 500 Anos - Caminhos da Memória, Trilhas do Futuro. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). *Índios no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto.
- Cunha, M. C. (1992). Introdução a uma história indígena. In: Cunha, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos Índios no Brasil*. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 9–26.
- Cunha, J. A. D. (2012). As letras humanas: os povos indígenas e o ensino da língua portuguesa na Amazônia Pombalina, 1751– 1763.
- Da Silva, C. J. et al. (2020). Parna Chapada dos Guimarães e sistema de baías Chacororé-Sinhá Mariana: Um estudo dos biomas cerrado e pantanal. *DELLOS: Desarrollo Local Sostenible*, 13(36), 15.
- de Oliveira, V. D. S., Alcântara, L. C. S., & Barros, F. B. (2022). Diálogos decoloniais: a concepção do bem viver em universidades e faculdades interculturais indígenas. *Revista Eventos Pedagógicos*, 13(3), 838-859.
- Donato, H., & Donato, M. (2019). Etapas na condução de uma revisão sistemática. *Acta Médica Portuguesa*, 32(3), 227-235.
- Filardo, N. & Ferraz, R. (2018). Intercâmbio *Myky-Negarotê*: troca de saberes agroecológicos para BEM VIVER. *Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 – Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF*, 13(1), 1 – 7.
- Frota, A.V.B, Vitorino, B.D., Nunes, J. R. S. & Da Silva, C. J. (2020). Main trends and gaps in studies for bird conservation in the Pantanal wetland. *Neotropical Biology and Conservation*, 15(4), 427- 445.

- Gordon, C. (2014). Bem Viver e propriedade: o problema da diferenciação entre os Xikrin-Mebêngôkre (Kayapó). *MANA* 20(1), 95-124.
- Gorender, J. (2006). A América Portuguesa e o Escravismo Colonial. In: BONILLA, Hercílio (Org.). *Os conquistados: 1942 e a população indígena das Américas*. Hucitec, 160–181.
- Gudynas, E. (2014). Derechos de la naturaleza: ética biocéntrica y políticas ambientales. 1. ed. Lima: *Programa Democracia y Transformación Global*, 1 – 320.
- Guillén, A. et al. (2016). La construcción de una escala de preguntas basada en Tipos de Bienestar, para la medición del Buen Vivir en el cantón Cuenca, Ecuador. In: *V Encuentro Latinoamericano de Metodología de las Ciencias Sociales 16 al 18 de noviembre de 2016 Mendoza, Argentina. Métodos, metodologías y nuevas epistemologías en las ciencias sociales: desafíos para el conocimiento profundo de Nuestra América*. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Centro Interdisciplinario de Metodología de las Ciencias Sociales, 1 – 28.
- Gutierrez, L. (2017). Jaikuaave ãguã kovaerupi ñandereko: Aprendiendo nuestra forma de ser a través de las imágenes. *Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana*, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana., Foz do Iguaçu.
- Hidalgo-Capitán, A. L., Cubillo-Guevara, A. P. (2014). Seis debates abiertos sobre el Sumak kawsay. *Íconos - Revista de Ciencias Sociales*, 48, 25 – 40.
- IBGE (2020). Brasil em Síntese. <<https://brasilemsintese.ibge.gov.br/territorio.html>>
- Irigaray, C. T. J., Girard, P., Irigaray, M., & Da Silva, C. J. (2016). Ayahuasca and Sumak Kawsay: Challenges to the Implementation of the Principle of “Buen Vivir,” Religious Freedom, and Cultural Heritage Protection. *Anthropology of Consciousness*, 27(2), 204-225.
- Krenak, A. (2019). Ideias para adiar o fim do mundo. *Companhia das Letras*, 7(1), 102-118.
- Kreutz, M. R., Galarce Machado, N. T. & Fiegenbaum, J. (2018). Abordagens para o ensino da pré-história regional. *Revista Thema*, 15(4), 1387–1403.
- Lacerda, L. B. (2018). Cooperação, solidariedade e autogestão enquanto ferramentas para emancipação social de comunidades da Amazônia brasileira e o caso dos indicadores de bem-estar para povos tradicionais (IBPT). *Mundo Amazônico*, 9(2): 87-110.
- León, M. (2015). Del discurso a la medición: propuesta metodológica para medir el buen vivir en Ecuador. Quito: *Instituto Nacional de Estadística y Censos (INEC)*.
- Lisbôa, P. V. A. (2020). A generosidade e suas refrações na oratória Guarani. *Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas*. 180p.
- Longhini, L. Z. (2018). A aldeia e a cidade: identidade e devir entre os terenas da Terra Indígena de Araribá. Dissertação de Mestrado. *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo*.
- Mamani, F. (2010). Buen vivir/vivir bien: Filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas. Lima: *Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas (CAOI)*, 80.
- Melatti, J. C. (2007). Índios do Brasil. São Paulo: *Editora da Universidade de São Paulo*, 75 - 95.
- Oliveira, A. C. (2019). Contribuições juvenis para os direitos indígenas. *Rev. Direito Práx.*, 10(2), 1261-1290.
- Pappiani, A. M. (2009). Povo verdadeiro: os povos indígenas no Brasil. *IKORÉ*.
- Passos, A. A. Silva, L. M. & Bernartt, M. L. (2019). Para pensar e viver outros mundos: O "Bem Viver" na comunidade indígena de mangueirinha-pr. *Periódicos eletrônico UFMA*. 9(26), 99 - 120.
- Peralta, A. (2017). A agroecologia Kaiowá: tecnologia espiritual e bem viver, uma contribuição dos povos indígenas para a educação. *Movimentação*, Dourados, 4(6), 01-19.
- Porto-Gonçalves, C. W. (2015). Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos: Uma contribuição para a ecologia política da região\*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 107, 63–90.
- QGIS.org, 2020. QGIS Geographic Information System. QGIS Association. <http://www.qgis.org>
- Quijano, A. (2010). América Latina: hacia un nuevo sentido histórico. In: LEÓN, Irene (Org.). *Sumak Kawsay / Buen Vivir y cambios civilizatorios*. Quito: FEDAESP, 55–73.
- Ramos, M. F. & Silveira, P. S. (2015). O bem viver dos povos indígenas. *Cadernos de Agroecologia*. 10(3).
- Raschietti, S. (2020). Perspectivas decoloniais do sínodo para a Amazônia. *Caminhos de Diálogo*, 8(12), 58-76.
- Ribeiro, D. (2017). Os Índios e a Civilização: A integração das populações indígenas no Brasil moderno. (7a ed.). [s.l.]: *Global Editora*.
- Rosa, L. C. D. (2019). Bem viver e terra sem males: a cosmologia dos povos indígenas como uma epistemologia educativa de decolonialidade. *Educação revista quadrimestral*, Porto Alegre, 42(2), 298-307.
- Sampaio, C. A. C., Parks, C. D., Junior, O. M., Quinlan, R. J. & Alcântara, L. C. S. (2017). Bem viver para a próxima geração: entre subjetividade e bem comum a partir da perspectiva da ecossocioeconomia. *Saúde Soc. São Paulo*, 26(1), 40-50.
- Santana, P. M. S. D., & Magalhães, T. Q. D. (2022). Caso Xukuru e o Bem Viver do povo Fulni-ô (PE). *Revista Direito e Práxis*, 13, 607-635.

Santos, C. B. (2019). A (RE) organização do território e bem viver para os povos indígenas do Alto Rio Negro: da Maloca à cidade. *Dissertação de Mestrado*, Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas.

Santos, M. M. G. S. (2017). A promoção do bem viver indígena como estratégia de redução do uso prejudicial de bebidas alcoólicas entre os Sateré-Mawé do Polo Base Ponta Alegre – Dsei Parintins. *Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Saúde Indígena da Universidade Federal de São Paulo*.

Santos, R. C. & Santos, R. C. (2020). Ancestralidade e produção de saúde na comunidade indígena Xokós, Sergipe: a educação popular como proposta de formação pelo diálogo intercultural. *Rev. Ed. Popular, Uberlândia*, Edição Especial, 160-175.

Solón, P. (2019). Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização. *Editora Elefante*.

Soares, M. A. (2015). Espaço Ritual e Bem viver Guarani: Reflexões sobre uma política pública no Sul do Brasil. *Illuminuras*, 16(40), 167-183.

Souza, I. (2020). NHAMANDU: Histórias e Narrativas Guarani. *Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina*.

Sousa, M. L. T. (2020). Reforma Sanitária e outros olhares para a saúde indígena: relato de experiência com os Potyguara. *Relato de experiência - case study, saúde debate Rio de Janeiro*, 44(124), 275-284.

Souza, R.S.B., Oliveira, J.C., Alvares-Teodoro, J. & Teodoro, M.L.M. (2020). Suicídio e povos indígenas brasileiros: revisão sistemática. *Ver Panam Salud Publica*. 44 -58.

Spinak, E. (1998). Indicadores cientimetricos. *Ciência da Informação*, 27(2), 141-148.

Stumpf, B. O. & Bergamaschi, M. A. (2016). Spiritual, symbolic and affective elements in the construction of the mbyá-guarani school. *Educ. Pesqui. São Paulo*. 42(4), 921 – 935.

Tschucambang, J. L. (2020). Ouvir os velhos, aprender com eles: memórias, histórias e conhecimentos dos anciões da Terra Indígena Xokleng/ Laklanõ. *Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, Florianópolis*, 39.

Urquiza, A. H. A. & Rocha, A. de O. (2019). O desastre ambiental de Mariana e os Krenak do Rio Doce. *Veredas do Direito*, 16(35), 191-218.